



Interpelação Escrita

O Cotai registou um rápido desenvolvimento nos últimos anos, designadamente porque várias empresas do jogo estão a construir, dinamicamente, os seus novos projectos, cuja conclusão se sucederá em breve, e o Governo, por seu turno, também tem vários empreendimentos de diferente envergadura, que se encontram neste momento em construção. Entretanto, neste momento são frequentes os problemas numa indústria cujo desenvolvimento é acelerado, tais como, a massificação de trabalhadores ilegais, a impossibilidade de recuperar os salários em atraso, as confusões com os subempreiteiros e a assunção de responsabilidades em caso de acidentes de trabalho, entre outros, situação que alertou a atenção da sociedade.

No dia 21 de Maio, descobriu-se, mais uma vez, no Cotai, um caso de prestação de serviços completos (pacote de serviços incluindo alojamento e emprego) para trabalhadores ilegais, que vêm então trabalhar e morar em Macau mas já com a sua vida bem organizada em termos de emprego, alojamento, transporte, etc., portanto, Coloane transformou-se numa “vila de trabalhadores ilegais”, logo, a lei é entendida como inexistente. O Governo, por sua vez, também não dispõe actualmente de um regime aperfeiçoado em matéria de subempreitada e gestão da indústria da construção e de fiscalização das obras, portanto, não consegue ser proactivo e fica sempre



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

numa posição passiva no que respeita à fiscalização sistemática, isto é, apenas averigua e acompanha a situação depois da respectiva denúncia.

A par disso, no sector da construção existem, em geral, vários costumes, tais como, a subempreitada e a sobreposição de subempreitadas, entre outros. Mais, há até alguns subempreiteiros e sub-subempreiteiros que nem o construtor geral da obra conhece. Tivemos conhecimento, no nosso gabinete, do seguinte caso: uma empresa de construção foi subcontratada para disponibilizar um veículo para o despejo de betão num estaleiro, mas porque o trabalho relacionado com a segurança não tinha sido bem feito por parte de um outro subempreiteiro, o veículo capotou. Na sequência disto, o condutor sofreu uma extracção do baço e ferimentos nos pulmões, e ainda não está recuperado; quanto aos subempreiteiros do estaleiro em causa, empurram as responsabilidades de um para outro, e o condutor é que acabou por se ver sem quaisquer meios acessíveis para obter apoio.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Agora, voltam a registar-se, e de forma atrevida, casos envolvendo trabalhadores ilegais, portanto já vários deputados apresentaram interpelações sobre a questão dos trabalhadores ilegais. Neste momento,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

apenas o Regulamento Administrativo n.º 17/2004 está relacionado com esta matéria, no entanto, não produz, na prática, grandes efeitos no combate aos trabalhadores ilegais. Então, não será necessário que o Governo legisle, especificamente, sobre os trabalhadores ilegais e sobre quem por eles é responsável?

2. Segundo as afirmações do Chefe do Executivo nas sessões de perguntas e respostas, é necessário legislar sobre as regras de gestão do pessoal nas obras de empreitada em estaleiros de construção civil ou em locais onde se realizam obras, e o respectivo processo vai avançar no início deste ano (2016). Entretanto, têm sido descobertos sucessivos casos de trabalhadores ilegais, assim, não será necessário que o Governo acelere o ritmo do seu trabalho legislativo no respeitante ao diploma respectivo? Ao mesmo tempo, será possível disponibilizar a calendarização relativa ao lançamento da proposta de lei?
3. Há que estabelecer um claro e aperfeiçoado regime de licenciamento das subempreitadas e que prever, ao mesmo tempo, a obrigatoriedade de licença para todo o tipo de obras realizadas em estaleiros, com vista a uma melhor gestão destes sob a predominância do Governo, assegurando que, em caso de indesejável ocorrência de acidentes de trabalho decorrentes das referidas obras, a averiguação e a efectivação de responsabilidades sejam, de imediato, acometidas de forma sistemática e eficaz junto dos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

respectivos responsáveis. Não será necessário fazê-lo?

27 de Maio de 2016

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Veng Chai